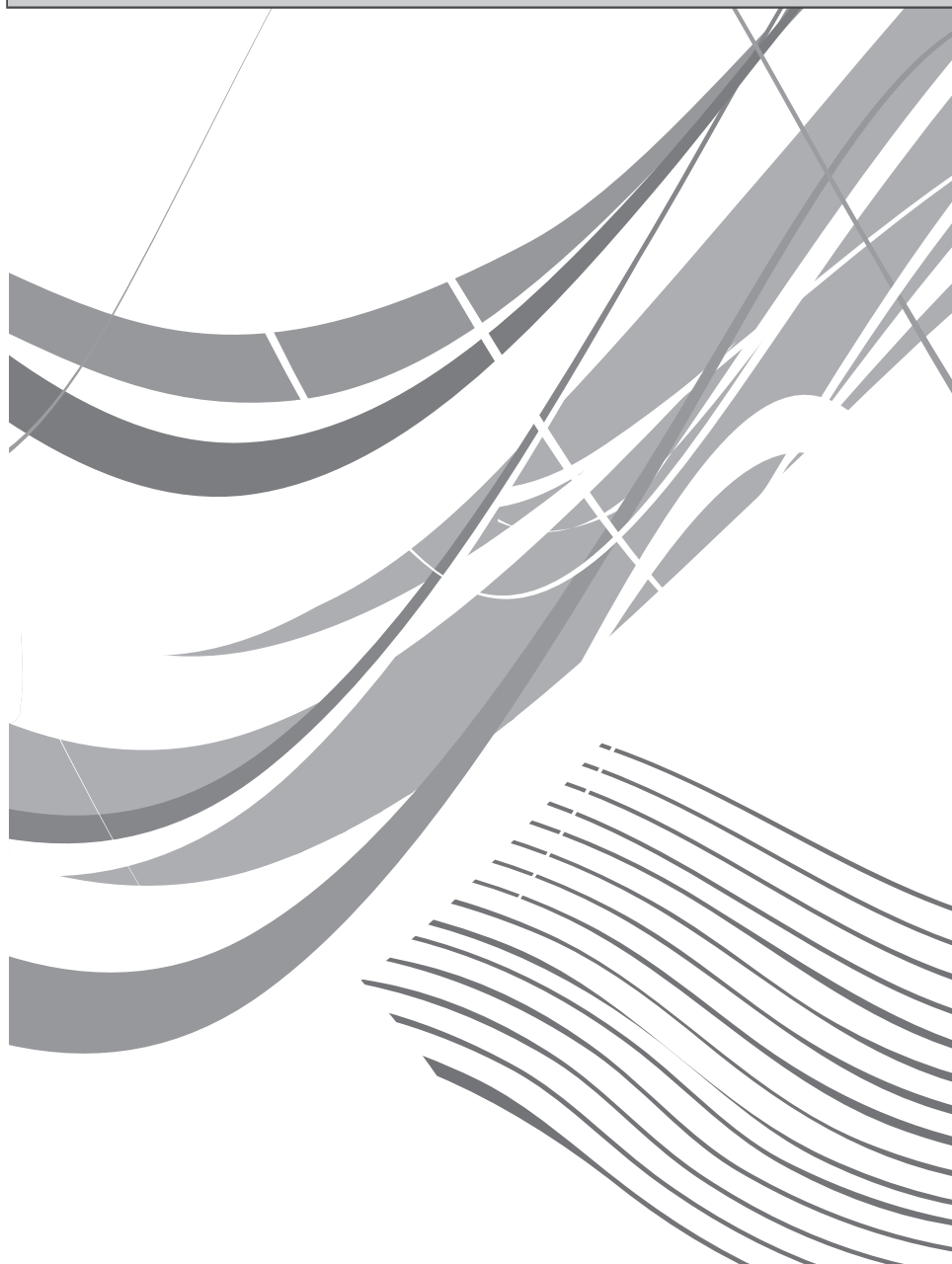


Revista

Tempo, Espaço e Linguagem



AS ELITES, A IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO E OS RITOS FÚNEBRES NO RECIFE COLONIAL (1791-1822)

The elites, the Brotherhood of Blessed Sacrament and the funeral rites in colonial Recife (1791-1822)

Las élites, la Hermandad del Santísimo Sacramento y los ritos funerarios en Recife colonial (1791-1822)

Welber Carlos Andrade¹

1. Pesquisador do Gehscal/ Universidade de Pernambuco, dedica-se ao estudo das elites no Brasil colônia. Mestre em História Social (UFRPE)



ANDRADE. W. C. As elites, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e os ritos fúnebres no Recife colonial (1791-1822). *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. Irati, v. 03, n. 03, Set-Dez. p. 94-112, 2012. ISSN 2177-6644.

Resumo

Este trabalho investiga as elites recifenses, sua relação com a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife e os rituais fúnebres promovidos pela mesma entre os anos de 1791 a 1822. Neste sentido, partimos de uma abordagem sociocultural que pretende observar a relação dos grupos sociais dentro do universo cultural vigente. Assim, utilizamos uma vasta documentação que percorre desde o funcionamento da referida Irmandade até os preparativos dos sepultamentos, que mereceram especial atenção da Igreja Católica e da população na América portuguesa.

Palavras-chave

Irmandades. Elites. Ritos fúnebres.

Abstract

This paper investigates the elites of Recife, its relationship with the Brotherhood of the Blessed Sacrament Saint Anthony of Recife and the funeral rituals promoted by it between the years of 1791 to 1822. In this sense, we start from a sociocultural approach that aims to observe the relationship of social groups within the prevailing cultural universe. Thus, we use an extensive documentation

that covers from the *modus operandi* of that Brotherhood to the preparations of the burials, which have received particular attention from the Catholic Church and the Portuguese population in America.

Keywords

Brotherhoods. Elites. Funeral rites.

Resúmen

En este trabajo se investiga las elites de Recife, su relación con la Hermandad del Santísimo Sacramento San Antonio de Recife y los rituales funerarios promovidos por el mismo entre los 1791 años hasta 1822. En este sentido, se parte de un enfoque socio-cultural que tiene como objetivo observar la relación de los grupos sociales en el universo cultural imperante. Por lo tanto, utilizamos una amplia documentación que recurre desde el funcionamiento de la referida Hermandad hasta los preparativos de los sepultos, que merecieron atención especial de la Iglesia Católica y de la población en la América Portuguesa.

Palabras clave

Hermandades. Elites. Ritos funerarios.

A morte é um dos objetos sociais mais complexos e suas concepções se modificam ao longo do tempo e dentro de uma dada sociedade (MARANHÃO, 1998). Segundo Arnold Van Gennep (2012), as diversas concepções misturam-se entre si, e adquirem repercussão nos ritos. Assim, sabemos que “[...] não se morre mais como antigamente [...]” (MARANHÃO, 1998, p.2), e que as irmandades tiveram papel preponderante como associações preocupadas com a transitoriedade da vida e a organização da morte no Brasil Colônia.

O objetivo desse trabalho é investigar a relação entre as elites recifenses, os rituais fúnebres e a Irmandade do Santíssimo Sacramento, visto que as confrarias e ordens terceiras foram responsáveis pela promoção dos sepultamentos na América portuguesa. Sabendo-se que o Santíssimo Sacramento foi uma das mais importantes irmandades do Recife no final do século XVIII, partimos do pressuposto que esta serviu aos interesses não apenas da população que buscava assegurar um bem morrer, mas daquelas pessoas oriundas dos grupos elitistas que percebiam no Santíssimo

Sacramento um local para reforçar o status adquirido ainda em vida e que se reforçaria através da cerimônia fúnebre.

Acredita-se que, na América portuguesa, a morte foi um dos temas cotidianos, que mereceu atenção da Igreja Católica através das Ordenações do Arcebispado da Bahia. O destaque dado à morte recebeu ainda significados políticos e sociais, reafirmando entre os indivíduos o fato de ascender socialmente, que era refletido já a partir dos preparativos do funeral, pois havia a necessidade de demarcar a condição social adquirida em vida. Havia, por conseguinte, a relação com a cultura em que os indivíduos estavam inseridos, sendo reflexo dos padrões vigentes, a organização dos ritos fúnebres poderia ser mais simples ou complexa. Nesse caso se investia numa organização cerimonial exuberante, marcada por cortejos, missas, e abertura de covas em lugares pré-estabelecidos para aqueles que tinham alcançado posições sociais mais confortáveis.¹

Nascidas na Península Ibérica, no final da Idade Média, as irmandades foram exportadas para a América portuguesa ainda nos anos iniciais de ocupação (SAMPAIO; VASCONCELOS, 2008). De início, reunindo leigos que procuravam suprir as necessidades espirituais e assistencialistas de seu grupo, logo, as irmandades serviram aos objetivos do Estado português e da Igreja no processo de colonização e expansão da fé cristã, além de se destacarem como espaços para o exercício da sociabilidade, sobrevivência e resistência de diferentes grupos sociais. (BORGES, 2005). Cada irmandade possuía seu santo específico e em troca de proteção, graças alcançadas ou *status quo* organizava pomposas homenagens e desembolsava elevadas quantias financeiras (REIS, 2009). Dessa forma, as irmandades se consolidaram como um dos principais veículos de propagação do catolicismo popular na América portuguesa e alcançaram maior visibilidade no século XVIII, já que suas festividades e procissões se tornaram privilegiados meios de comunicação externa e sociabilidade.

Na América portuguesa, as irmandades foram organizadas seguindo critérios étnicos e profissionais, agrupando separadamente brancos, pretos e pardos; em outras, músicos, pescadores, marceneiros. No interior dessas associações criavam-se canais de solidariedade, sociabilidade e negociação cultural. Entre as irmandades mais importantes, podemos destacar as Santas Casas da Misericórdia, o Santíssimo Sacramento, o Rosário dos Homens

1. Na irmandade do Santíssimo Sacramento os irmãos com maior prestígio, e que haviam ocupado lugar de destaque como juizes, tesoureiros e escrivães, eram sepultados nas covas próximas aos altares.

Pretos e a Irmandade de Nossa Senhora do Livramento. As que tinham maior prestígio social eram as do Santíssimo e as Santas Casas, e algumas Ordens Terceiras como a do Carmo e São Francisco compostas pelas elites econômicas, políticas e intelectuais da localidade.

Nas irmandades, como o Santíssimo Sacramento, era exigido o pagamento de elevadas quantias chamadas de esmolos e anuidades que diminuam ainda mais as possibilidades de inserção nestes espaços das camadas sociais mais baixas. Dessa mesma forma proibia-se o acesso dos trabalhadores manuais à irmandade, uma vez que não possuíam prestígio social, porque carregavam no sangue as máculas mecânicas.

As confrarias do Santíssimo Sacramento eram espaços elitistas. As primeiras delas foram estabelecidas em Pernambuco, no século XVII, e admitiam senhores de engenho e lavradores de cana que compunham a elite açucareira pernambucana, filha dos primeiros conquistadores da capitania. No século XVIII algumas irmandades do Santíssimo permaneceram como redutos aristocráticos, mas a maior parte passou a admitir a elite mercantil que começava a ganhar prestígio na América portuguesa. As confrarias tinham entre suas funções a organização de festas, missas e sepultamentos, mas implicitamente representavam social e politicamente os diversos grupos sociais (REIS, 2009).

As irmandades tinham como objetivo promover o culto a um santo protetor e assistir seus membros em diversas situações como realização de missas, sepultamentos, unção, promoção de festas e procissões. Todos os irmãos obedeceriam aos critérios expostos no estatuto compromissal. Estes estatutos se amparavam num modelo padrão que estabelecia as datas festivas, as eleições, o recolhimento de esmolos, a entrada dos irmãos, as condições de contratação de párocos e o funcionamento da mesa dirigente. Algumas vezes, as organizações fraternais reproduziam o modelo das congêneres ibéricas (BORGES, 2005). Este era um recurso que as mesmas encontravam para se aproximar das prerrogativas concedidas pela monarquia às instituições mais notáveis. Com isso, elas serviram na América portuguesa para nobilitar seus membros, fato que pode explicar a participação de um mesmo indivíduo em várias confrarias.

Em Pernambuco colonial, as irmandades acompanharam o desenvolvimento urbano das principais áreas produtoras de açúcar, assim, podemos destacar Goiana, Igarassu, Olinda e Recife, nas quais as irmandades

contribuíram com a propagação do catolicismo popular, a manutenção das hierarquias sociais ou como veículos de resistência e negociação cultural. É importante frisar que além das Irmandades mais conhecidas como as que citamos em trechos acima, existiam outras menos conhecidas, mas não menos importantes como as irmandades de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, Nossa Senhora do Bom Parto da Igreja de Guadalupe e a Irmandade de São Pedro; todas em Olinda. Além destas, poderíamos citar outras que funcionavam nos altares principais ou laterais das muitas igrejas de Pernambuco colonial, como as irmandades das almas que, assim como outras confrarias, por não possuir recursos para construir uma igreja própria utilizavam os templos de outras irmandades.

Com o aumento populacional do Recife em meados do século XVIII, os pedidos se intensificaram entre os irmãos que habitavam na freguesia de Santo Antônio para a construção de uma nova matriz que pudesse instalar o Santíssimo Sacramento. Antes mesmo do início da construção do novo templo, alguns irmãos já se destacavam pela devoção e demonstração de fortunas. É o caso de José Vaz Salgado, rico comerciante e proprietário de fazendas de gado, que iam de Pernambuco ao Ceará (SOUZA, 2007), que doou o terreno para construção da matriz, onde antes havia a casa de pólvora do Recife. Por volta de 1753 foi lançada a pedra fundamental que inaugurou a construção da capela-mor, depois matriz de Santo Antônio.

A irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife começou a funcionar em 20 de fevereiro de 1791, tendo seu primeiro compromisso aprovado em 1793 e impresso no ano seguinte. O Santíssimo Sacramento de Santo Antônio se constituiu numa das confrarias mais ricas de Pernambuco no século XVIII, detentora de um invejado patrimônio e da diversificada captação de recursos que garantiam aos membros o cumprimento dos sufrágios, procissões e festas, como também o assistencialismo na comunidade. A localização estratégica da sua igreja matriz possibilitou a inserção num dos pontos mais movimentados do Recife, local de comércio e intenso trânsito de pessoas.

A freguesia de Santo Antônio cresceu significativamente após a presença holandesa que supriu a área com inúmeras construções. A sede do governo e alguns órgãos públicos ficavam nesta ilha, assim também como a cadeia e diversas igrejas que abrigavam inúmeras irmandades. Entre todas as confrarias, o Santíssimo se destacou pela função de organização da festividade

da Semana Santa e da procissão do Corpo de Deus. Devotos de diversas partes reuniam-se nessas ocasiões e convocavam a presença de outras irmandades para completar o fausto das celebrações. Além disso, foi obrigação dos irmãos do Santíssimo o socorro com o viático, que representava uma procissão à casa do moribundo para pronunciar o ofício de agonia, e/ou a unção. Enquanto o primeiro foi celebrado para aqueles enfermos em fase terminal, o segundo representava uma bênção e o reconhecimento de Cristo na Eucaristia. (FABER, 1929).

O Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio construiu seu perfil a partir do discurso elitista. Seus membros eram originários das camadas privilegiadas do Recife, sendo moradores na vila e frequentadores das solenidades da irmandade. É importante ressaltar que, sendo o Recife uma vila predominantemente comercial, a maior parte dos irmãos do Santíssimo eram comerciantes varejistas ou grandes contratadores estabelecidos na área. Além disso, destacaram-se ainda nos cargos burocráticos e militares.

Como a Igreja do Santíssimo Sacramento era a matriz da freguesia de Santo Antônio, foi seu papel registrar todos os sepultamentos da localidade, ainda que os mesmos não fossem realizados em suas dependências. Isso fez com que a matriz preservasse um amplo acervo documental de óbitos que revela ao historiador diversas informações acerca dos ritos e dos grupos sociais sepultados na freguesia. Ainda que este tipo de documento tenha sido padronizado pelas Ordenações Primeiras do Arcebispado da Bahia, os registros contidos elucidam aspectos dos significados socioculturais implícitos nos ritos fúnebres. A documentação revela nome do defunto, idade, nome de pais, cônjuges, caso seja escravo, grupo étnico, local de sepultamento, condição jurídica, algumas vezes a ocupação, local de morte, local de sepultamento, mortalhas e em alguns casos a causa morte, esta última com menos frequência. Com isso, o conjunto de referências é essencial para se compreender aspectos não tão somente demográficos, como muitas vezes tem sido atribuído por historiadores e sociólogos, mas tem se mostrado essencial para analisar parte dos modos de vida daquela sociedade e sua relação com o devocional e sobrenatural. A crença numa vida além-túmulo e a preocupação com a salvação fizeram com que pessoas de diversas camadas sociais buscassem estar preparadas para a hora da morte. Esta foi uma das preocupações das populações nas vilas coloniais brasileiras, fator que ajuda a explicar a criação de diversas irmandades, que garantiam a seus membros um

sepultamento digno e a promoção de missas em prol de suas almas, que, no imaginário do período, era essencial para a salvação. Assim, podemos observar a importância das irmandades e a função que desempenharam na América portuguesa. Além disso, os sepultamentos eram realizados nas dependências das igrejas, que quase sempre eram administradas por uma irmandade. As confrarias mais ricas organizavam sepultamentos mais luxuosos e algumas vezes concediam um maior número de missas em memória das almas. Nesta perspectiva, as elites preferiam as irmandades mais ricas e importantes como as do Santíssimo Sacramento, que mesmo na ocasião da morte revelava à sociedade a condição social do defunto.

Os sepultamentos foram objetos não somente nos livros de óbitos das igrejas, mas também estiveram presentes nos testamentos, que além de registrar a relação de bens deixados, registravam os desejos das pessoas sobre a organização dos funerais, destacando a igreja em que deveriam ser sepultados, a quantidade de missas celebradas e os legados deixados às irmandades na pretensão de alcançar a salvação ou perdão dos pecados. Para José Luiz de Souza Maranhão, “[...] o testamento passou a desempenhar um papel de essencial importância. De mero ato de direito privado, destinado a regulamentar a partilha de bens durante a Antiguidade romana, o testamento tornou-se um contrato de salvação.” (MARANHÃO, 1998, p.32). A maior parte dos patrimônios, chamados bens de raiz, deixados às irmandades tem como origem o último desejo de seus benfeitores.² Esses legados ajudam a explicar acumulação de verdadeiras fortunas em algumas confrarias, pois muitos dos imóveis eram alugados ou aforados, tornando-se parte da conta corrente nas receitas da instituição.³

Em 1783, pressentindo que a morte estava próxima, o capitão Bernardo José de Souza, filho legítimo de Caetano de Souza Rios e Rosa Francisca Chaves, natural do Porto e casado com Joana Maria de Souza, escreveu de próprio punho seu testamento. Justificava Bernardo José que “[...] estando enfermo, porém em meu perfeito juízo e entendimento que Jesus Nosso Senhor me deu temendo-me da morte e desejando por a minha alma em salvação, faço este meu testamento na forma e maneira seguinte (...)”.⁴ A preocupação com o destino

2. No livro de tomo das paróquias podemos encontrar a relação de propriedades adquiridas. A maior parte foi conquistada através de doações dos irmãos da irmandade principal daquela que administrava a igreja.

3. Os livros de receitas e despesas do Santíssimo Sacramento chegam a trazer o nome dos inquilinos, a rua e até a descrição da casa.

4. BERNARDO JOSÉ DE SOUZA. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, Coleção de Inventários e Testamentos, 1742-1800, Caixa. Bernardo José de Souza, 1783.

de sua alma estimulava o indivíduo a deixar por escrito seus últimos desejos. Como uma fórmula comum a todos os textos desse gênero a prescrição das missas e legados em prol de irmandades e ordens terceiras merecia destaque. Bernardo José desejava ter missas ditas na irmandade das almas da matriz do Corpo Santo assim como na igreja da Ordem terceira do Carmo. Em testamento deixava dinheiro suficiente para celebrarem vinte missas à quantia de 320 réis cada uma. Além disso, deixava esmolas para tantas outras missas, “[...] todas ditas pela minha alma, pelos religiosos de Nossa Senhora da Penha em sua Igreja”.⁵ Era desejo de Bernardo José ser acompanhado por pobres até a sepultura, para os quais deixava um vintém.⁶ De forma geral, os testamentos retratavam os últimos desejos do enfermo, incluindo a partilha dos bens e os ritos fúnebres para seu sepultamento;

Meu corpo será sepultado nas catacumbas de minha venerável ordem terceira do Padre São Francisco, amortalhado no meu hábito de terceiro e levado à sepultura pelos meus irmãos terceiros e as mais irmandades de que sou irmão. Também me acompanharão o meu reverendo pároco com mais vinte sacerdotes e também me acompanharão os reverendos religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo (...)⁷

Pela quantidade de pessoas e irmandades que participaram do sepultamento do Capitão Bernardo José fica evidente sua importância no Recife. Além disso, a preocupação com a salvação de sua alma estava associada à presença de vários sacerdotes e irmandades, de que afirmava o capitão ser irmão. Desta forma, percebemos a importância dessas associações para a organização das cerimônias fúnebres, reafirmando o prestígio dos confrades através de luxuosas exposições. Entre os séculos XVI e XIX as irmandades tiveram papel de destaque na organização dos sepultamentos. A maior parte da população na América portuguesa procurava estar inserida nesses espaços, já que além de servir como refúgios espirituais em devoção de um orago, elas ajudavam a garantir um enterramento digno, em alguns casos exuberantes. Às cerimônias fúnebres eram atribuídos significados políticos, já que muitos indivíduos utilizavam a ocasião para assegurar o prestígio conquistado em vida. Esta assertiva pode ser observada no caso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife, que, ao representar um dos principais espaços de sociabilidade e religiosidade em Pernambuco, era reconhecida por ter em seu rol de irmãos as pessoas mais destacadas da localidade. O

5. *Idem*

6. *Idem*

7. *Idem*

significado de ser sepultado nesta irmandade pode ser observado através do elevado número de admissões, além de casos de pedidos para serem sepultados não-irmãos na confraria. O caso de João Pedro de Moraes ilustra essa situação. Sendo homem de notável condição social e funcionário da Fazenda na Capitania de Pernambuco, não era irmão do Santíssimo Sacramento, mas as boas relações do governador de Pernambuco e seu amigo, Dom Thomaz de Mello com a confraria garantiu a João Pedro uma sepultura descente da porta para dentro da igreja.⁸ Entretanto, garantiam os irmãos que esta ocasião era uma exceção e não poderia servir como critério para outros solicitantes. Segundo o escrivão da irmandade o pedido para levar o contador geral da fazenda foi uma insinuação do Governador, mas não era obrigação daquela irmandade, e sim contrária às determinações do compromisso que mandava acompanhar a sepultura apenas seus irmãos.⁹ Isto reforçava o significado que o Santíssimo Sacramento tinha na localidade: entre tantas outras irmandades e ordens terceiras no Recife, ela agregava homens de notável prestígio, assegurava relações sociais e o reconhecimento de suas condições de vidas.

Os enterramentos e serviços paroquiais como casamentos e batismos foram, ao longo do período colonial, importantes formas de aquisição de capital. Algumas confrarias eram responsáveis pela administração destes sacramentos. Na freguesia de Santo Antônio do Recife, o Santíssimo Sacramento era a administradora destas obrigações, e todo dinheiro recebido entrava para os cofres da confraria, tornando-se um dos meios de aquisição de riquezas.¹⁰ Acreditamos que por este motivo, nos anos iniciais do século XIX, ocorreram disputas entre algumas irmandades e o Bispado de Pernambuco. Por trás dos argumentos litúrgicos entre as partes, alimentava a cobiça tanto da Madre Igreja, quanto das irmandades o fato de se apoderarem das receitas em suas paróquias.¹¹ Dessa forma, a complexidade da morte pode ser observada, inclusive, através da perspectiva econômica gerando riquezas e disputas entre Igreja e irmandades.

Havia uma preparação para a morte. O fim da vida é algo comum, do qual ninguém pode escapar. Talvez essa ocasião fosse o único momento de igualdade entre os homens. Entretanto, a morte mostrava também suas

8. Livro de atas. Irmandade do Santíssimo Sacramento, Fl. 03 f. 1791

9. *Idem*

10. Livros de Receitas e despesas. Irmandade do Santíssimo Sacramento. Em janeiro de 1798 a Igreja rendeu 22\$280 réis referentes aos serviços de batismos, sepultamento e casamento. Além dessa receita a Irmandade recebia dos fiéis esmolas que completavam os rendimentos, assim como os aluguéis dos imóveis.

11. Livro de atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1791.

contradições, pois, se não podia fugir da morte, pelo menos transformá-la em algo diferenciado, e tudo dependia da posição social conquistada em vida. Neste sentido, os ritos fúnebres e sepultamentos realizados na Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife possuíam este fim. Como a entrada na irmandade estava condicionada a importância do indivíduo naquela sociedade, participar como irmão dava o direito de ser sepultado com toda pompa possível e acompanhado em cortejo, pelos demais integrantes, ao sepulcro. Ademais, o custo da joia de entrada, muito maior que em outras confrarias e ordens terceiras, já excluía boa parte da população que não possuía condições de pagar os trinta e dois mil réis para mulheres e vinte mil réis se fosse homem.¹² Logo, os enterramentos dos irmãos do Santíssimo era um evento particular, já que o evento significava a morte de uma pessoa importante da Vila do Recife.

Como promotoras de assistencialismo, as irmandades reservavam recursos para suprir as necessidades de seus membros na hora da morte, socorrendo-os com tudo aquilo que fosse preciso para garantir um enterro digno. Assim, as confrarias tinham nas suas igrejas áreas para sepultar seus irmãos e indivíduos da comunidade. Além disso, o local que caberia a cada um era uma consequência direta de sua importância social. A posição de um irmão dentro da irmandade era um prolongamento daquilo que havia conquistado externamente. Os cargos exercidos na administração da irmandade também refletiam importância na hora dos enterramentos, pois poderia render melhores lugares no momento da abertura de uma cova ou aquisição de catacumbas. Os membros de maior prestígio, principalmente juízes e demais integrantes da mesa tinham preferência dos lugares próximos aos altares.¹³ Desta forma, a morte não encerrava as conquistas adquiridas em vida, mas era a cristalização da condição social, agora revestida de uma ritualização que buscava reafirmar no imaginário da sociedade a importância do defunto. Os investimentos completavam o cenário do cerimonial que se faziam como forma de reforçar os papéis sociais e se obter a salvação.

A morte é ressaltada nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que no livro quarto dedicou alguns títulos para a administração mortuária. Segundo o que se manda pelo concílio de 1707, e se estendeu ao longo do período colonial, a morte continuava a representar as posições sociais alcançadas em vida pelo defunto e, acima de tudo, introduzir em seus

12. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, “Das entradas”, 1794.

13. Livro de atas, Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1791.

ritos formas alegóricas barrocas. O texto revela a burocratização da morte e a intensidade com que ela foi vivida, ao ponto de dedicar uma parte de legislação eclesiástica vigente na América portuguesa para organizar os ritos fúnebres. O momento que antecedia a morte era marcado pela exposição do viático e a extrema-unção. O primeiro podia ser visto até com alguma esperança pelo moribundo, amigos e familiares, já que o óbito poderia não se concretizar, e ficava para o indivíduo, agora recuperado, a conta de toda mobilização ritualística e humana que ocorria, mais precisamente, gastos com o pároco e negros que levavam a cadeirinha do Santíssimo.¹⁴ Segundo as Constituições:

Pelo que mandamos, que não só com suma diligencia, e cuidado levem o Senhor a seus fregueses doentes, sendo chamados, mas com o mesmo procurem saber se na sua paróquia há alguns enfermos, que estejam em perigo de morte, aos quais se haja de administrar , para que com tempo se lhes administre, e não suceda que por sua culpa morram seus fregueses sem receber este espiritual mantimento das almas. (VIDE, 1707, p.50).

É importante notar que o clérigo não deveria ficar à espera do chamamento do moribundo. O pároco deveria procurar aquele que estivesse em perigo de morte fazendo a administração do Santíssimo Sacramento. Nos períodos de assolação de doenças é de se imaginar o quanto estes párocos trabalhavam, indo de cima a baixo pelas ruas da vila, alguns com seus escravos ajudantes, os amigos e familiares do doente, noutros casos já saíam acompanhados pelas irmandades. A casa do moribundo devia estar decentemente arrumada para receber o Santíssimo. Antes mesmo da chegada da comitiva, formada pelo pároco, amigos, familiares e irmandade, era necessário guizar o espaço, ou seja, limpá-lo e colocar velas acesas.¹⁵ Já na saída da igreja os sinos faziam tantos repiques quanto necessários, em respeito à exposição do viático, e tanger a companhia pelas ruas.¹⁶ A casa já limpa, deveria conter uma mesa com toalhas lavadas e duas velas acesas, onde se colocava a âmbula receptora do Santíssimo Sacramento.¹⁷ Após a acomodação de cada espectador e do próprio clérigo, iniciava-se com a encomenda do enfermo: *“Pax buic domui”*. Pronunciava o religioso. E respondia o enfermo: *“et omnibus habitantibus in e a”*. (VIDE, 1707, Livro I, Título XXIX, p.50) .

Após alguns gestos, água benta, preces e orações do rito romano o padre dizia aos presentes:

14. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento. “Sufrágios”, 1794.

15. *Idem*

16. Em algumas situações essa campanha se assemelhava às matracas utilizadas pela Irmandade do Santíssimo Sacramento na Semana Santa.

17. *Idem*, p. 51

Este nosso irmão como fiel, e verdadeiro cristão, quer receber o Santíssimo Corpo de Cristo nosso Redentor: pede-vos rezeis por ele um Padre Nosso, e uma Ave Maria, pedindo Nosso Senhor lhe dê graça, para que dignamente o receba. E pelo amor de Deus pede perdão a qualquer pessoa, a quem tiver feito alguma ofensa: e se alguém o tem ofendido, ele com boa vontade, e caridade cristã lhe perdoa.¹⁸

A cena descrita mostra o quanto eram teatrais os ritos fúnebres na América portuguesa. Esta fórmula servia para as diversas partes da colônia, já que era o que mandavam as *Constituições*. Não só a vida era regida por normas, mas até a própria morte. Outra situação que chama a atenção é o fato do indivíduo esperar pela morte, e podemos acreditar que estava mais preparado e íntimo dela do que nas sociedades posteriores. Por isso, a importância das irmandades na organização dos ritos e na administração mortuária. Além disso, podemos reforçar o que bem afirmou João José Reis, quando diz que a morte era um negócio (REIS, 2009).

Na tabela 1 verificamos o quantitativo de enterramentos realizados no cemitério e na Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife, em 1818. Infelizmente não temos os livros de óbitos para o período anterior. Suspeitamos que os mesmos tenham sido destruídos pela ação do tempo ou extraviados nas idas e vindas dos párocos responsáveis pelos registros. É importante ressaltar que os números não são exclusivos de irmãos do Santíssimo, pois ser sepultado na matriz não era um privilégio apenas de seus confrades. O próprio compromisso da instituição permitia que indivíduos não-irmãos fossem sepultados na Igreja, entre estes estavam eclesiásticos e seus pais, e os pobres e presos. Isto ajuda a entender que apesar de reservar suas sepulturas aos membros da irmandade, o Santíssimo Sacramento se destacou, sobretudo, pelo auxílio aos necessitados da Vila. Como observados nos registros, a abertura das sepulturas dos presos era uma obrigação da Irmandade, que além garantir um lugar para aqueles também custeava o pagamento do guarda da igreja, que entre as diversas atribuições, estava o de abrir e fechar as covas, e a mortalha dos presos.

Tabela 1: Sepultamentos na Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, 1818

Etnia	Nº	%
Branços	48	40.6
Pardos	44	37.2

18. *Idem, ibidem.*

Africanos	12	10.2
Criolos	8	06.8
Índios	1	00.85
Cabras	2	01.7
Outros	3	02.55
Total	118	100%

Fonte: Livro de óbitos, Matriz do Santíssimo Sacramento (1818-1826)

Como se observa, o enterramento de brancos foi superior na Matriz do Santíssimo. Já o elevado número de pardos é justificado pelas condições econômicas e jurídica dos defuntos. A maior parte desses eram pobres e presos, condição necessária para que fossem sepultados naquela matriz, inclusive gratuitamente, pois como mandava o compromisso, essas sepulturas ficavam “[...] pelo amor de Deus”.¹⁹ Essa também é a justificativa para encontrarmos crioulos, africanos e outros grupos étnicos sendo enterrados ali. Chama-nos a atenção o fato de alguns crioulos e africanos terem como donos pessoas brancas, ilustres e irmãos do Santíssimo de Santo Antônio.

Na tabela 2, há a distribuição dos sepultamentos na Vila do Recife. Os dados são referentes às igrejas, conventos, ordens terceiras, irmandades e hospitais da Vila. Os registros ficavam sob a responsabilidade da Matriz do Santíssimo Sacramento, que recebia das referidas instituições e fazia as devidas anotações como ordenavam as *Constituições*, e que posteriormente eram fiscalizadas pelas autoridades eclesiásticas. A tabela está organizada de acordo com o grupo étnico-racial e local de sepultamento. Como observamos, o Santíssimo Sacramento de Santo Antônio foi o local de enterramento da maior parte da população do Recife em 1818:

Tabela 2: Distribuição dos sepultamentos na Vila do Recife, 1818

Igrejas	Branco	Pardo	Crioulo	Africano	Outros	Total
Santa Rita	14	2	2	-	-	18
São José/O.T.São José	8	15	7	6	1	37
N.S. Terço	50	9	1	1	3	64
N.S.Rosário	1	4	16	39	3	63
N.S.Livramento	18	59	4	5	1	87
N.S.Martírios	8	11	18	3	2	42
Hospital	10	9	5	2	1	27
SS. Sacramento (Matriz)	48	44	8	12	6	118
N.S.Rosário(Boa Vista)	-	-	-	3	-	3
SS.Sacramento(Boa Vista)	2	-	-	-	-	2
N.S.Penha/Hospício da Penha	10	-	-	-	-	10
O.T.São Francisco/São Francisco	23	-	3	3	-	29
O.T.Carmo/Carmo	8	-	7	4	-	19
São Benedito	-	-	2	6	-	8
São Pedro	2	-	-	-	1	3
Outros	3	1	-	1	-	5
Total						535

19. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, “Dos Sufrágios”, 1794.

Fonte: Livro de óbitos, Matriz do Santíssimo Sacramento. (1818-1822)

Entre o século XVIII e primeira metade do século XIX, os enterramentos no Recife foram distribuídos em pelo menos 15 igrejas.²⁰ Analisamos o livro de óbitos de 1818 a 1822 da Matriz de Santo Antônio, igreja do Santíssimo Sacramento, e observamos que aquele foi o local escolhido pela maior parte da população da freguesia. Do total de sepulturas consultadas 22% foram abertas na Matriz ou no cemitério mantido pelo Santíssimo Sacramento. Desse total 40.6% foram abertas para brancos, 37.2% para pardos e apenas 10.2% para africanos de diversas nações. A proximidade com área da Boa Vista e a freguesia de São Frei Pedro Gonçalves fazia com que os habitantes destas partes buscassem sepulturas em Santo Antônio, principalmente na Matriz, área de maior movimentação religiosa devido ao maior número de igrejas. Como evidenciam os documentos, essa freguesia possuía ainda o Hospício da Penha, casa de reabilitação para doentes.²¹

Entre as igrejas que tiveram os maiores números de sepultamentos, podemos destacar N.S. do Terço, Livramento e Martírios, além disso, parece que a maior parte dos crioulos e africanos da Vila foi sepultado no Rosário dos Homens Pretos, mantido pela irmandade de mesmo nome, que aceitava como irmãos indivíduos da nação da Costa e Angola (SAMPAIO, 2009). Como aponta João José Reis, o local de sepultura era uma característica importante da identidade do defunto. Os sepultamentos em determinadas igrejas e irmandades, o uso de determinada mortalha e a parte do templo designava a representatividade do morto naquela sociedade. (REIS, 2009). As igrejas mais simples como a dos Martírios sepultavam gente de diversos grupos étnico-raciais, não existindo restrições como demonstram os registros do livro de óbitos de Santo Antônio.

Como já dito, a irmandade do Santíssimo Sacramento não cobrava o sepultamento de prisioneiros e pobres, mas, para a gente que podia pagar, o custo do enterramento no Santíssimo Sacramento era de mil e seiscentos réis como mandava o compromisso.²² Para as ordens franciscana e carmelita não sabemos os valores cobrados, mas estas foram ainda mais restritas. Esse fato foi comprovado pelos poucos sepultamentos averiguados para o período registrados. Em São Francisco, por exemplo, tanto a entrada na ordem, quanto

20. O número parece pequeno se compararmos a Salvador, que em 1835-36, como demonstra o estudo de João José Reis, possuía aproximadamente 41 igrejas que promoviam sepultamentos. Ver. REIS, 1991.

21. Livro de Óbitos. Matriz do Santíssimo Sacramento. (1818-1826)

22. *Idem*. “Dos Sufrágios”, 1794.

o direito de adquirir sepulturas foi reservado a uma elite, principalmente de brancos.²³ Dos 29 sepultamentos levantados, 23 foram de brancos, 3 de crioulos e 3 de africanos. A curiosidade fica por conta de escravos que conseguiram sepulturas nessa ordem. A 04 de junho de 1818, Antônio Preto da Costa foi sepultado em São Francisco. Era escravo de Domingos Pereira e foi envolto em hábito franciscano. Chama a atenção não apenas o fato da sepultura, mas o próprio hábito sendo designativo de prestígio naquela sociedade. Também observamos diversos pardos, crioulos e africanos que foram à sepultura em outras igrejas do Recife usando os hábitos dos franciscanos e carmelitas. Como afirma Reis, “[...] o enterro numa capela de irmandade negra podia ser bom para a alma, mas não era socialmente prestigioso”. (REIS, 2009, p. 191). Isso explica o motivo de pretos e crioulos sendo enterrados em igrejas, conventos e irmandades mais prestigiadas. Em 11 de junho daquele ano, Joaquina que representava ter 30 anos, de nação Angola, escrava de João Fernandes Vidal, foi sepultada em São Francisco, envolta em hábito franciscano. Em 29 de julho do mesmo ano outra Joaquina, agora com 40 anos e escrava de Inácia Ferreira da Costa, morreu afogada e foi sepultada em São Francisco envolta em hábito daqueles religiosos. Os casos ilustram a possibilidade de cativos, e sob o estigma da cor, serem sepultados em espaços notavelmente destinados aos grupos elitistas.

Ao analisarmos os sepultamentos na freguesia de Santo Antônio des tacamos os locais de sepultamento e os hábitos (mortalhas utilizadas pelos defuntos). Segundo João José Reis, “[...] a mortalha falava pelo morto, protegendo-o na viagem para o além, e falava do morto como fonte do poder mágico, mas também enquanto sujeito social”. (REIS, 2009, p. 124). Durante a pesquisa podemos observar a diversidade de hábitos ou mortalhas. Na historiografia não temos debates específicos sobre a relação da indumentária mortuária e a condição socioeconômica do defunto. Os documentos também não explicam detalhes sobre as escolhas. Entretanto, acreditamos que as cores e os tipos de mortalhas estavam relacionados à condição social do morto. (REIS, 2009).

Como podemos verificar, a maior parte dos hábitos era de cor branca. Segundo João José Reis, em Salvador, este tipo de mortalha era usado pela maioria dos africanos e estava relacionado à hierarquia socioeconômica baiana, já que aqueles que vestiam este hábito tinham menor poder aquisitivo (REIS, 2009). Para o mesmo autor, o tecido branco, por não receber tingimen-

23. Livro de óbitos. Matriz do Santíssimo Sacramento. (1818-1826)

to, era mais barato do que de outras cores. Não sabemos se estes foram os motivos do uso dessa cor de mortalhas no Recife, mas a maior parte daqueles que vestiram hábitos brancos eram pobres, presos, africanos, crioulos e pardos.²⁴ Entretanto, houve casos de africanos e crioulos que usaram hábitos pretos, roxo e preto com capa branca. Provavelmente essas cores estavam associadas à importância social dos indivíduos. Ao observarmos o referido quadro, salta aos olhos indivíduos africanos e crioulos que foram sepultados envoltos em hábitos dos franciscanos e carmelitas. Estes casos sugerem que os defuntos buscavam se distinguir socialmente dos demais indivíduos de cor, já que estas ordens ficavam restritas aos membros das elites recifenses.

As crianças eram sepultadas vestidas de branco ou vestidas de santos, de freiras ou de clérigos. Entre os santos destacaram-se Nossa Senhora da Conceição, Santa Tereza e Nossa Senhora do Carmo. Já entre as crianças do sexo masculino temos Santo Urbano, São Miguel e São José. Mas a maior parte dos meninos de idade até sete anos foram sepultados vestidos de Menino Deus.²⁵ Entre as mulheres adultas, algumas brancas foram sepultadas com hábito preto e outras com hábito preto com capa branca. A maior parte dos homens foi sepultada envolta em hábito branco.²⁶ Na matriz do Santíssimo Sacramento ocorreram sepultamentos de indivíduos brancos que utilizavam hábitos de outras ordens e irmandades, principalmente das ordens terceiras de São Francisco e do Carmo. O compromisso da Irmandade do Santíssimo não expõe normas para a utilização das mortalhas entre seus membros.

As irmandades se destacaram nos centros urbanos da América portuguesa por promoverem o assistencialismo e a religiosidade. Elas foram ainda veículos de propagação do catolicismo e negociação cultural. Em algumas situações auxiliaram o Estado português, como no socorro dos desvalidos criando hospitais, sepultando os mortos e organizando festas e procissões, que serviam como espaços sagrados e profanos. Porém, do ponto de vista religioso e caritativo, destaca-se a função de organizar os ritos fúnebres e os enterramentos, já que estes eram preocupações das mais jovens até as mais velhas e participar das irmandades era um dos caminhos possíveis para a redenção de suas almas e o encontro com a salvação após a morte. Além disso, se é correto afirmar, o papel de promotoras dos sepultamentos na América portuguesa, devemos considerar o negócio rentável que existia por trás das práticas, já que a maior parte dos irmãos, e em alguns casos os que não eram membros,

24. Livros de óbitos, Matriz do Santíssimo Sacramento. (1818-1826).

25. *Idem*

26. *Idem*

legavam heranças às irmandades, sendo uma das mais importantes formas de aquisição de patrimônio das confrarias. Dito isto, a relação com a morte foi bem mais complexa do que se pensa hoje, atribuindo-se significados mágicos, culturais, políticos, sociais e econômicos. Diversos elementos ajudam a reforçar esta tese, entre os quais podemos destacar o uso de mortalhas, os lugares de sepultamentos, a participação nas irmandades, o direito de administrar os enterramentos e todo aparato ritualístico como a saída do Viático, os músicos, o cortejo, o número de missas e o número de padres, todo esse arranjo nos ajudam a compreender o papel da morte e dos ritos para a definição dos papéis sociais e a relação com a cultura vigente.

Referências

BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas irmandades do Rosário-devoção e solidariedade em Minas Gerais (século XVIII e XIX)**. UFJF: Juiz de Fora, 2005.

FABER, Frederick William. **O Santíssimo Sacramento ou as obras e vias de Deus**. Petrópolis: Vozes:1929.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Coleção Antropologia. 2. ed. Petrópolis: Vozes: 2011.

MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é morte**. Série Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense: 1998.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras: 2009.

SAMPAIO, Juliana da Cunha; VASCONCELOS, Myziara Miranda. Da legislação que os confrades devem seguir: apresentação do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Vila do Recife, 1772 In: SILVA, Kalina Vanderlei (org). **Ensaio Culturais sobre a América portuguesa**. Série Publicações eletrônicas do GEHSCAL. V.1. Recife: EDUPE: 2008.

SAMPAIO, Juliana da Cunha. **Irmãos do Rosário de Santo Antônio: gênero, cotidiano e sociabilidade em Recife (1750-1800)**. Mestrado em História – Recife: UFRPE: 2009.

SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Tese (Doutorado), Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007.

Fontes

BERNARDO JOSÈ DE SOUZA. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, Coleção de Inventários e Testamentos, 1742-1800, Caixa. Bernardo José de Souza, 1783.

Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife, 1794.

VIDE, Sebastião Monteiro da, Arcebispo, 1643-1722. Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide : propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. S. Paulo : Na Typ. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.

Documentos Avulso da Capitania de Pernambuco, Arquivo Histórico Ultramarino.

Livro de atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1791.

Livros de óbitos, Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife. (1818-1826).

Livros de Receitas e despesas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1791-1837.

Submetido em: 28/09/2012 - Aprovado em: 21/11/2012